

SIMPÓSIO AT004

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: DESIGNAÇÃO DA PALAVRA GOLPE NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Ana Cecylia de Assis e SÁ
anacecylia@gmail.com
Mônica Mano Trindade FERRAZ
monicatrin@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar duas ocorrências do termo *Golpe* em diferentes revistas de circulação nacional, a partir dos postulados da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005; 2007; 2018). Fazendo uso do procedimento Domínio de Determinação Semântica (DSD), chega-se à designação do nome, a partir de sua relação com o termo *Impeachment*.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Designação; Golpe.

ABSTRACT

The aim of this text is to analyze two occurrences of the Portuguese term *Golpe* (Coup) in different Brazilian nationwide magazines, based on the postulates of Semantics of the Event (GUIMARÃES, 2005; 2007; 2018). Using the Semantic Determination Domain (*Domínio de Determinação Semântica - DSD*) procedure, we reach this noun's designation from its relationship with the term *Impeachment*.

Keywords: Semantic of the Event; Designation; Coup.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário político brasileiro, desde a mais tenra idade, vive situações de conflito lideradas por seus representantes. Nessa conjuntura, a palavra golpe vem ganhando grandes proporções mediante acontecimentos passados e atuais, a depender do contexto político, histórico, econômico e social de cada época. Em face do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a designação do termo golpe, na esfera jornalística, e compreender as especificidades.

Definimos como corpus uma capa da revista IstoÉ e outra da Época. A escolha por estas revistas se deu devido a toda sua trajetória de relevância na imprensa/publicidade brasileira, sobretudo no tocante às discussões travadas no panorama político, cada qual com suas preferências e ideologias políticas.

Assim, teoricamente, utilizamos os estudos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005; 2007; 2018), a qual considera que o sentido da palavra se constrói na cena enunciativa, na relação entre o acontecimento e seu memorável de enunciações. Fazendo uso do procedimento Domínio de Determinação Semântica (DSD), chega-se à designação de *golpe*, a partir de sua relação com o termo *Impeachment*.

Estruturamos nosso texto em quatro seções: além desta breve introdução, apresentamos nosso aporte teórico, com foco apenas nos conceitos tomados como relevantes para este estudo; em sequência, analisamos o corpus selecionado e, por último, propomos as considerações finais, o que se trata mais de um apontamento para novas análises do que uma finalização da discussão.

A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Ao propor a Semântica do Acontecimento, Guimarães (2005) parte do pressuposto da semântica linguística, ratificando que o que dizemos se constrói na linguagem. Dialogando com a Pragmática, a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, a Semântica do Acontecimento “considera que a análise do sentido da linguagem deve se localizar no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.7). De modo mais específico, nesta perspectiva teórica, a relação de sentido está na passagem do enunciado para o acontecimento. Dos conceitos discutidos pelo autor, quando da apresentação da teoria, destacamos a temporalidade e a designação, por serem relevantes para a análise proposta deste trabalho.

Ao retomar a abordagem clássica para enunciação, Guimarães (2005) nos remete a Benveniste, para quem a enunciação é a língua posta em funcionamento pelo locutor, e Ducrot, para quem a enunciação é o elemento do

aparecimento de um enunciado. Em um exercício de aproximação e, ao mesmo tempo, afastamento dos conceitos dados, o autor toma a enunciação como um evento de funcionamento da língua, em que quatro elementos são decisivos: língua, sujeito, temporalidade e real. Para entendermos a noção de temporalidade, é importante que nos afastemos do conceito de tempo cronológico, pois o acontecimento não é um fato no tempo; ao contrário, é o acontecimento quem temporaliza. Em Guimarães (2018), encontramos uma análise do poema *Neologismo*, de Manuel Bandeira, o que nos permite compreender essa afirmação sobre acontecimento e temporalização. Dessa análise, depreendemos dos versos “*Beijos pouco, falo menos ainda. Mas invento palavras*” que há um passado de sentidos em que a invenção de uma palavra não é comum. Por outro lado, a invenção de uma palavra, dada pelos versos “*inventei, por exemplo, o verbo teadorar. Intransitivo. Teadoro, Teodora*” faz significar algo futuro, ou seja, há um novo verbo na língua. Assim, no acontecimento da enunciação, tem-se estabelecido um presente, que remonta a um passado e projeta o futuro, como algo que se pode dizer a partir do acontecimento.

O segundo aspecto da teoria a ser destacado é o conceito de designação. Guimarães (2018) critica o fato de nomeação, designação e referência serem termos tratados como correlatos. A nomeação é apenas o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, a exemplo de *mesa*, que nomeia todos os objetos classificados como tal. A referência (denotação) é a particularização de algo na e pela enunciação, o que significa apontar para uma mesa específica ao enunciar *esta mesa*. Já o conceito de designação dado em Guimarães (2018) diz respeito à significação de um nome, pois a “questão é saber o que significa uma palavra no enunciado em que é enunciada enquanto elemento de um texto” (GUIMARÃES, 2018, p. 156). E aquilo que um nome designa é chamado de Domínio de Determinação Semântica (DSD), que conforme Guimarães (2007), é por onde se dão os sentidos do nome em um dado enunciado, em uma dada unidade de análise.

É a partir desse postulado teórico, em que se considera a enunciação como o acontecimento do funcionamento da língua, acontecimento este que temporaliza, acrescido da designação como ponto relevante para a significação que apresentamos a análise a seguir.

A DESIGNAÇÃO DE GOLPE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

A palavra golpe, ao longo das décadas, vem ganhando distintas conotações nos dicionários de Língua Portuguesa, mediante acontecimentos discursivos que oportunizaram o surgimento de tais significados, desde o Golpe Militar de 1964 até o fato político que, em 2016, culminou no impeachment da (ex)presidenta Dilma Rousseff. Assim, antes mesmo de considerar o contexto instaurado nas capas de revista escolhidas como *corpus* deste trabalho, cabe apresentar alguns dos conceitos deste vocábulo e valorar a sua mudança.

No Dicionário Aurélio (2018), dentre outros sentidos atribuídos à palavra, nos interessam: 1. (política) usurpação ou tentativa de usurpar poder; 2. (figurado) ato de astúcia pelo qual se procura obter vantagens; 3. (figurado) estratagema, trama. O Dicionário Houaiss (2017), por sua vez, define o golpe brevemente como a “tomada inesperada do poder governamental pela força e sem a participação do povo”.

Em face disso, nota-se que a palavra golpe, quando no seu sentido figurado e de política, ganha a acepção utilizada não apenas pelos setores da sociedade que apoiavam a presidenta deposta, mas também pela própria imprensa, além de setores da oposição ao governo, para se referir aos acontecimentos no Brasil. Logo, contemporaneamente, a definição de golpe parece ter incorporado um significado jurídico-constitucional no mundo inteiro, já que a enciclopédia francesa Larousse define o golpe (político) como uma “violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia ou um grupo de pessoas que detêm autoridade”.

Feitas as devidas considerações, cabe analisar a designação da palavra golpe nas as capas de revista abaixo:



(Figura 1 – Capa da revista IstoÉ, 2016)

(Figura 2 – Capa da revista Época, 2016)

Na primeira capa de revista analisada (Isto é, 2016), a palavra golpe instaura um acontecimento que reflete uma posição favorável ao golpe (leia-se aqui impeachment), mas contrário ao governo vigente – fato comum, quando se trata de uma revista que é comumente considerada de direita:

Consideramos, conforme definido em Guimarães (2018), o termo Locutor (L) como sendo a fonte do dizer e alocutor (al) como sendo o lugar social por onde se fala. Além disso, a alocutor pode se representar como um enunciador individual, coletivo, genérico ou universal. Considerando essa nomenclatura, podemos afirmar que, no enunciado (1), o alocutor-x (onde x representa o lugar social) é identificado como o próprio corpo editorial da revista que fala para o alocutário-x, leitores (ou, se assim podemos afirmar, os assinantes da revista). Por este motivo, compreende-se que o enunciador é coletivo, já que remonta a visão de um grupo, ou seja, dos jornalistas que formam o Conselho Editorial da IstoÉ.

No enunciado em análise, a palavra “golpe” está numa formação nominal que não se assemelha, mas encaminha-se para o termo impeachment, uma vez que no próprio texto que compõe a capa, a presidenta é acusada por “afundar o país” e cometer um “estelionatário eleitoral e enganar os eleitores”. Logo, “golpe” pode ser considerado uma expressão predicativa, já que no acontecimento discursivo posto em questão, o golpe foi um ato forjado, delituoso, que merece punição – o impeachment de Dilma. Pode-se concluir,

então, que no referido enunciado golpe significa um conjunto de fatores anti-constitucionais que culminaram no desfecho de uma gestão.

Na próxima capa de revista analisada (Época, 2016), a palavra golpe, apesar de situar-se num mesmo momento histórico, versa contrariamente ao enunciado da revista analisada anteriormente. O enunciado “O último ato” possui uma possível releitura de golpe. Ora, neste caso, o golpe é tratado como um ato orquestrado por alguns participantes políticos a partir de um acontecimento que vitimiza e inocenta a presidenta Dilma.

No enunciado (2), portanto, o locutor-x é o corpo editorial (de uma edição favorável ao governo vigente) que fala para o locutário-x, leitores. Neste enunciado, o enunciador também é coletivo, pois expressa não só a opinião de um grupo, mas orienta a crítica e a concepção política de um grupo de jornalistas ligados à Época, como também os eleitores de Dilma. Desse modo, a palavra “golpe” é determinada pela expressão “último ato”, que representa um ato ilícito que penaliza o governo em vigor – fato esse comprovado pela disposição da imagem presente na capa), com a presidenta de costas, certamente como forma de negação/oposição ao movimento de impeachment contra o seu governo. Pode-se concluir, então, que no referido enunciado golpe significa trama final.

Há, portanto, um contrassenso em relação ao golpe. Levando-se em consideração o contexto em que as análises se pautaram, entende-se que a participação do congresso e do judiciário em um processo de deposição (impeachment) não exclui, de modo algum, a possibilidade de uso da expressão golpe para simplesmente designar a mudança de governo. Em verdade, a existência de interferência clara de órgãos do próprio Estado é inerente à própria definição de golpe.

Se assim podemos analisar, de acordo com os acontecimentos em (1) e (2), o argumento básico para negar que houve um golpe de Estado no Brasil (contra Dilma) é o de que o impeachment é instituto processual previsto no art. 86 da Constituição Federal e que, portanto, a sua aplicação jamais poderia ser considerada um golpe de estado. Sendo assim, o cumprimento de procedimentos formais afastaria a possibilidade de uso da palavra ‘golpe’ para descrever a deposição de um mandatário.

Ora, assim como está enunciado em (2), se um procedimento judicial é obedecido à risca, mas a sua condução, a formação da vontade dos julgadores e as suas motivações não têm qualquer justificativa compatível com as suas condições formais e materiais, sendo apenas resultado de decisão política no interesse de um grupo particular, este será um procedimento aparente ou forjado. Desse modo, se um golpe de estado consiste, segundo a análise e as considerações realizadas acima, na tomada do poder com a violação de regras constitucionais e sem a participação popular, por meios violentos ou não, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff deve ser necessariamente analisado sob nova perspectiva: a de um golpe.

Para ilustrar a análise da designação da palavra golpe inserida nas revistas, propomos o seguinte DSD:

Impeachment — | Golpe — | Impeachment

Para uma melhor visualização do DSD, entendemos *que* a palavra golpe está na centralidade da designação, uma vez que ora ela é designada pela palavra impeachment, ou seja, o impeachment é um tipo de golpe dado no governo (figura 2 – Época, 2016); ora golpe designa impeachment, no sentido de que esta ação de deposição é um ato que inviabiliza existir um golpe elaborado pela presidenta.

Por fim, os enunciados (1) e (2) são frutos de enunciações que temporalizam, marcando como presente a crise política de 2016, com o PT em plena vigilância com ações da operação Lava-Jato e com a presidenta Dilma prestes a ser deposta do seu cargo, em seu segundo mandato. Nessas enunciações, que são o acontecimento do funcionamento da língua, evidencia-se um contexto específico, pois o país vive momentos de uma tentativa positiva (ou não) de estabilização econômica (segundo estudiosos da política e editores das revistas), tal como já se viveu em 1964, com o Golpe Militar. Dessa forma, o acontecimento temporaliza, pois, ao enunciar “golpe”, retoma-se a um memorável (contexto da ditadura brasileira) e projeta-se uma futuridade para o uso desse termo conforme a designação dada nos enunciados analisados.

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

O que pretendemos com este trabalho foi mostrar uma possibilidade de análise semântica dos nomes a partir de um postulado teórico definido: o da Semântica do Acontecimento. Não tratamos de uma análise referencial, em que apenas apontaríamos o evento no mundo ao qual se refere o termo golpe (impeachment de Dilma). Também não propusemos uma análise lexical, com o objetivo de se destacar a polissemia do termo, listando diferentes sentidos atribuídos ao nome, sentidos estes que já estão, inclusive, dicionarizados. Mais do que isso, buscamos compreender a designação, o que não exclui a referenciação e a nomeação, já que são elementos constitutivos da designação.

Assim, o que pretendemos foi mostrar o quanto é relevante considerar a relação de um termo com outros em um enunciado e, ainda, considerar o texto maior como unidade de análise do enunciado. Com este exercício, chegamos às significações de *golpe*, que se diferem em função de estarmos olhando para diferentes enunciados, cada um deles fruto de uma enunciação ímpar, que se dá em um espaço agenciado pela língua e pelos falantes.

Reiteramos que fizemos uma análise qualitativa, recortando apenas dois enunciados em função do espaço aqui delimitado, mas isso já nos revela as possibilidades de ampliação desta pesquisa, uma vez que é vasta a ocorrência desse termo em outros enunciados do discurso jornalístico, bem como também em outras esferas discursivas.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2^a. Edição, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). *A palavra forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.